JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.30 06:31:18 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 30 de agosto de 2022 • Nº 1388 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CAGED

Cai número de vagas com carteira assinada

O Brasil abriu 218.902 empregos com carteira assinada em julho, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O número é a diferença entre 1.886.537 contratações e de 1.667.635 desligamentos registrados no mês. O resultado é negativo se comparado a junho, quando foram abertas 277.944 vagas de emprego formal -uma diferença de 59.042 vagas. Por outro lado, o salário médio de admissão subiu: em julho, o novo contratado recebeu, em média, R$ 1.926,54, um aumento de 0,80% em relação ao mês anterior. O dado também apresenta queda em relação a julho de 2021, quando foram criados 306.477 novos empregos com carteira assinada. A diferença é de 87.575 vagas. PÁGINA 2

PESQUISA IPEC

Lula lidera no 1º turno com 44%; Bolsonaro está com 32%

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece à frente com 44% das intenções de voto contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem 32%, segundo pesquisa Ipec divulgada ontem. Os resultados são os mesmos do levantamento anterior, realizado há duas semanas pelo instituto, portanto a diferença entre eles permaneceu em 12 pontos percentuais. Em seguida, aparecem Ciro Gomes (PDT), com 7%, e a senadora Simone Tebet (MDB-MS), com 3%. Na outra enquete, feita nos dias 12 a 14 de agosto, os dois tinham 6% e 2% das intenções de voto. O Ipec ouviu 2.000 brasileiros presencialmente nos domicílios entre sexta (26) e domingo (28), com margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

GOLPISTAS

Empresários iriam financiar atos antidemocráticos, diz Moraes

FELIPE SAMPAIO/STF

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal) (**foto**), determinou ontem a retirada do sigilo da decisão que ordenou ações contra empresários de um grupo de WhatsApp em que se defendeu golpe de Estado caso o ex-presidente Lula (PT) vença Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais de outubro. Na decisão, ele justificou que as condutas investigadas revelam "o potencial de financiamento de atividades digitais ilícitas e incitação à prática de atos antidemocráticos". Como revelou o jornal Folha de S.Paulo, a determinação tinha como base reportagens jornalísticas sobre as conversas de teor golpista. A partir disso, a Polícia Federal, políticos e entidades solicitaram medidas contra os empresários. O ministro justifica que as determinações tinham relações com inquéritos que estão sob a sua responsabilidade no Supremo, como o das milícias digitais, o das fake news e o de ações violentas no Sete de Setembro do ano passado. Em nota após a liberação do conteúdo, o ministro disse que as reportagens "guardam estrita correlação com o rumo de investigações nos inquéritos". São, segundo ele, "todas elas voltadas ao possível financiamento de notícias fraudulentas, discurso de ódio e de ataques orquestrados às instituições públicas, às urnas e a reforçar o discurso polarizado, provendo do descrédito dos Poderes da República; envolvendo, inclusive, alguns empresários que já estão sendo investigados desde 2019". PÁGINA 3

SENADO

Projeto obriga planos a cobrir tratamento fora do rol da ANS

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que obriga os planos de saúde a arcar com procedimentos ou tratamentos que não estejam na lista de referência básica da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), colocando fim ao chamado rol taxativo. O texto vai à sanção presidencial. A proposta resgata o rol exemplificativo e estabelece que a relação de procedimentos da ANS serve apenas de "referência básica" para os planos de saúde. Desta forma, os beneficiários poderão pedir a cobertura de tratamentos que não estejam na lista, desde que sejam reconhecidos por outras agências ou que haja comprovação científica. O projeto de lei foi aprovado no começo de agosto na Câmara em reação à decisão do Superior Tribunal de Justiça. PÁGINA 3

FALANDO ASNEIRAS

GOVERNO DO CHILE

Bolsonaro atacou Chile em encontro com empresários

Os ataques de Jair Bolsonaro (PL) ao governo do Chile não se limitaram ao debate de domingo passado na TV Bandeirantes. O presidente vem repetindo a conversa também em encontros reservados e dizendo que o Brasil não pode seguir pelo mesmo caminho. Na semana passada, em São Paulo, ele falou a um grupo de empresários que eles deveriam ajudá-lo a vencer as eleições e a fazer de tudo para não deixar o país seguir o rumo do Chile, que elegeu um presidente de esquerda, Gabriel Boric (**foto**), e estaria passando por problemas graves por causa disso. "O Brasil não pode entrar no trenzinho de Cuba, Venezuela, Argentina, Chile e Colômbia. Se entrar, acabou. Todos vão sofrer", afirmou. Bolsonaro afirmou ainda que não seria necessário mais comparar o Brasil com Cuba ou Venezuela, mas sim com a Argentina, que enfrenta uma explosão inflacionária. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,02% / 112.323,12 / 24,26 / Volume: 20.781.578.859 / Quantidade: 3.200.260

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BANCO PAN PN N1	7.94	+10.74	+0.77
VIBRA ON NM	18.94	+2.88	+0.53
CVC BRASIL ON NM	8.22	+2.62	+0.21
P.ACUCAR-CBDON NM	20.99	+2.39	+0.49
MRV ON NM	10.45	+2.35	+0.24

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
USIMINAS PNA N1	8.22	–5.19	–0.45
HAPVIDA ON NM	7.67	–4.84	–0.39
IRBBRASIL REON NM	1.86	–5.58	–0.11
GOL PN N2	11.09	–3.40	–0.39
AMERICANAS ON NM	17.51	–3.26	–0.59

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	34.48	+2.50	+0.84
VALE ON NM	66.91	–1.93	–1.32
PETROBRAS ON N2	38.27	+2.16	+0.81
MAGAZ LUIZA ON NM	4.52	–1.31	–0.06
BRASIL ON EX NM	42.45	+2.07	+0.86

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.098,99	-0,57
NASDAQ Composite	12.017,668	-1,02
Euro STOXX 50	3.569,61	-0,89
CAC 40	6.222,28	-0,83
FTSE 100	7.427,31	-0,70
DAX 30	12.892,99	-0,61

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	0,21% (jul.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	-0,68% (jul.)	Compra: 5,0664	Venda: 5,2464
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(3/8)	13,75%	1,07	até o dia 29/ago	Compra: 5,0423	Venda: 5,0428
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(30/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 278,00	Compra: 5,0323	Venda: 5,0329
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,0309	Venda: 5,0315	Compra: 5,0507	Venda: 5,2307

Economia

MERCADOS

Ameaça à oferta de petróleo favorece Brasil e dólar cai a R$ 5,03

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

O dólar comercial caiu ontem à menor cotação desde 15 de junho no mercado de câmbio brasileiro. A moeda americana fechou a sessão valendo R$ 5,033, o que significou um recuo de 0,88% em relação ao fechamento da semana passada.

Na comparação com as principais divisas mundiais, o real foi a que mais ganhou força ontem.

A valorização de matérias-primas exportadas pelo Brasil, principalmente o petróleo, está atraindo investidores estrangeiros para o país, enquanto mercados internacionais apresentam perdas com a perspectiva de um período prolongado de aperto monetário.

Ameaças ao abastecimento de energia provocadas pela Guerra na Ucrânia, além de outras crises em regiões produtoras de petróleo, voltaram a provocar preocupações sobre a oferta nos próximos meses.

No encerramento desta segunda-feira, o barril do petróleo Brent subia 3,75%, aos US$ 104,78 (R$ 528,33). Esse é o maior valor de fechamento desde 29 de julho.

BOVESPA

Ações de empresas petrolíferas brasileiras refletiram o crescimento das apostas de investidores na elevação dos preços da commodity.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sustentou uma leve alta de 0,02%, fechando com 112.323 pontos.

Ganhos dos papéis da Petrobras, que subiram mais de 2%, e de outras companhias do ramo contribuíram para evitar que o mercado local fosse completamente puxado para o fundo pelo desempenho ruim das principais Bolsas mundiais.

Bolsas dos Estados Unidos e da Europa recuaram diante da expectativa de um longo período de aperto monetário pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano).

Em Nova York, o índice de referência S&P 500 caiu 0,67%. Londres e Frankfurt perderam 0,70% e 0,61%, respectivamente.

Na sexta-feira (26), o mercado passou a considerar a perspectiva de juros mais altos nos Estados Unidos após a fala do presidente do Fed, Jerome Powell, em Jackson Hole.

CAGED

Cai número de vagas com carteira assinada em julho

O Brasil abriu 218.902 empregos com carteira assinada em julho, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O número é a diferença entre 1.886.537 contratações e de 1.667.635 desligamentos registrados no mês.

O resultado é negativo se comparado a junho, quando foram abertas 277.944 vagas de emprego formal -uma diferença de 59.042 vagas. Por outro lado, o salário médio de admissão subiu: em julho, o novo contratado recebeu, em média, R$ 1.926,54, um aumento de 0,80% em relação ao mês anterior.

O dado também apresenta queda em relação a julho de 2021, quando foram criados 306.477 novos empregos com carteira assinada. A diferença é de 87.575 vagas.

O mercado financeiro esperava um novo avanço no emprego no mês, segundo analistas consultados pela Projeções Broadcast, mas o saldo veio abaixo da mediana das previsões, calculada em 250 mil postos de trabalho.

No acumulado de 2022, o saldo é de 1.560.89 empregos, decorrente de 13.554.553 admissões e de 11.993.657 desligamentos.

TODOS OS SETORES

Todos os setores tiveram saldo positivo no mês, com mais contratações que demissões, se analisados apenas os dados de julho, diz o governo federal. A área de serviços foi a que mais abriu postos, com 81.873 novos contratos.

Veja os resultados a seguir:

- Serviços: 81.873 novas vagas;
- Indústria geral: 50.503 novas vagas;
- Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas: 38.574 novas vagas;
- Construção: 32.082 novas vagas,
- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: 15.870 novas vagas.

SALÁRIO MÉDIO SOBE

Segundo os dados divulgados hoje pelo governo, o salário médio de admissão em julho foi de R$ 1.926,54 no território nacional. Comparado ao mês anterior, houve acréscimo real de R$ 15,31, um ganho de 0,80%.

Quatro dos cinco setores registraram alta no salário. O único com variação negativa foi o de indústria geral.

TESOURO

Dívida Pública recua 0,7% em julho e fica em R$ 5,8 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O alto volume de vencimentos e a queda do dólar fizeram a Dívida Pública Federal (DPF) cair em julho. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 5,846 trilhões em junho para R$ 5,804 trilhões no mês passado, baixa de 0,7%.

Apesar da queda em julho, o Tesouro prevê que a dívida subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2022 entre R$ 6 trilhões e R$ 6,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) caiu 0,66%, passando de R$ 5,595 trilhões em junho para R$ 5,559 trilhões em julho. No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 78,49 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis prefixados (com juros fixos), cujos vencimentos se concentram no primeiro mês de cada trimestre.

O resgate líquido foi parcialmente compensado pela apropriação de R$ 41,73 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) subindo desde março do ano passado, a apropriação de juros aumenta.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 62,23 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em julho, os resgates somaram R$ 140,72 bilhões.

A queda do dólar em julho também contribuiu para reduzir o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 1,74%, passando de R$ 250,17 bilhões em junho para R$ 245,81 bilhões em julho. O principal fator foi o recuo de 0,95% do dólar no mês passado.

COLCHÃO

Após dois meses seguidos de alta, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R$ 1,221 trilhão em junho para R$ 1,178 trilhão no mês passado. Segundo o Tesouro Nacional, esse recuo deveu-se ao resgate líquido observado em julho.

Atualmente, o colchão cobre quase um ano de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,404 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

O alto volume de vencimentos mudou a composição da DPF. A fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu de 27,23% para 25,75%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 24% e 28%.

BOLSA FAMÍLIA

Campanha de Lula anuncia R$ 150 por criança até 6 anos

JULIA CHAIB E IDIANA TOMAZELLI/FOLHAPRESS

A campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou, em uma ofensiva nas redes sociais, que o petista pretende pagar uma parcela adicional de R$ 150 por criança de até seis anos beneficiária do Auxílio Brasil -que voltaria a se chamar Bolsa Família.

O valor se somaria ao piso de R$ 600, que Lula já disse que pretende manter. Hoje, o benefício permanente do programa é de ao menos R$ 400, e os outros R$ 200 têm prazo de validade até o fim deste ano.

Em julho, cerca de 8,8 milhões de crianças entre zero e seis anos eram alcançadas pelo programa de transferência de renda. Com a inclusão de novas famílias em agosto, esse número deve ultrapassar 9 milhões -público-alvo da nova parcela prometida por Lula.

O plano foi divulgado pela página Lulaverso no Twitter e confirmado por integrantes da campanha.

O Lulaverso, que reúne canais a WhatsApp, Telegram, Instagram, Twitter e TikTok, foi criado pela comunicação de Lula numa tentativa de ganhar espaço nas redes. Os perfis são administrados pela campanha do petista.

Em uma sucessão de publicações neste domingo passado, a página anunciou seis propostas que constarão no programa de governo do petista, uma delas o incremento no programa social, citado pelo nome que ficou gravado como marca das gestões petistas.

"O Lulinha vai garantir o Bolsa Família de R$ 600 com adicional de R$150 por criança de até 6 anos", diz o texto.

A mensagem ainda anuncia o programa voltado à renegociação de dívidas da população, chamado "Desenrola Brasil", como mostrou a Folha.

O perfil do Lulaverso no Twitter tem 33,9 mil seguidores -bem menos que os 4,1 milhões do perfil oficial de Lula, onde a publicação sobre o adicional às crianças não surgiu.

As publicações nesse canal costumam ser compartilhadas também em outras plataformas. Como a Folha mostrou, o WhatsApp suspendeu números de telefones de administradores de grupos do Lulaverso na semana passada.

O pagamento de um benefício por criança busca resolver um problema identificado por economistas que assessoram Lula: a desigualdade de tratamento entre beneficiários do programa de transferência de renda.

BC

Taxa de juros para famílias e empresas sobem em junho

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As famílias e as empresas pagaram taxas de juros mais altas em junho deste ano, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). A taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre chegou a 51,5% ao ano, com aumento de 1,1 ponto percentual em relação a maio e de 11,7 pontos percentuais em 12 meses.

Nas contratações com empresas, a taxa livre cresceu 0,7 ponto percentual no mês e 8,1 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 22,6% ao ano.

Para pessoas físicas, o destaque foi o cartão, com alta de 2,1 pontos percentuais no mês, alcançando 78,7% ao ano. No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve aumento de 1,6 ponto percentual no mês, para 370,4% ao ano. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. No caso do cartão parcelado, os juros subiram 0,5 ponto percentual, para 173,2% ao ano.

Também influenciaram o aumento dos juros para as famílias as taxas do cheque especial, com alta de 1,3 ponto percentual (129,2% ao ano). e o crédito pessoal não consignado, que subiu 1,2 ponto percentual (87,5% ao ano). Os juros do cheque especial subiram 1,3 ponto percentual no mês para 129,2% ao ano.

No crédito livre às empresas, houve incrementos na maioria das modalidades, especialmente em capital de giro, alta de 1,3 ponto percentual, para 23,3% ao ano; cheque especial, aumento de 2 pontos percentuais, chegando a 316,9% ao ano; e desconto de cheques, que subiu 1,5 ponto percentual, alcançando 36,8% ao ano. Já o financiamento a importações caiu 3,7 pontos percentuais, para 8,8% ao ano, assim como o cartão de crédito, que teve recuo de 1,9 ponto percentual nos juros, para 29,9% ao ano.

Nota

MERCADO FINANCEIRO REDUZ PROJEÇÃO DA INFLAÇÃO DE 6,82% PARA 6,7%

A previsão do mercado financeiro para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerada a inflação oficial do país, caiu de 6,82% para 6,7% neste ano. É a nona redução consecutiva da projeção. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições para os principais indicadores econômicos. Para 2023, a estimativa de inflação ficou em 5,3%. Para 2024 e 2025, as previsões são de 3,41% e 3%, respectivamente. A previsão para 2022 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,5% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%. Em julho, a inflação recuou 0,68%, após aumento de 0,67% registrada em junho. Com o resultado, o IPCA acumula alta de 4,77%, no ano, e 10,07%, em 12 meses. No mês de agosto, o IPCA-15, a prévia da inflação oficial, também registrou deflação de 0,73%, menor que a de junho (alta de 0,13%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Copom (Comitê de Política Monetária). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 15º Tarde 10º Noite 25% 06:20 17:54 **INVERNO:** Nublado com possibilidade de garoa. Tarde e noite com muita nebulosidade.

GOLPISTAS

Moraes: empresários queriam financiar atos antidemocracia

FABIO SERAPIÃO E JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou ontem a retirada do sigilo da decisão que ordenou ações contra empresários de um grupo de WhatsApp em que se defendeu golpe de Estado caso o ex-presidente Lula (PT) vença Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais de outubro.

Na decisão, ele justificou que as condutas investigadas revelam "o potencial de financiamento de atividades digitais ilícitas e incitação à prática de atos antidemocráticos".

Como revelou o jornal Folha de S.Paulo, a determinação tinha como base reportagens jornalísticas sobre as conversas de teor golpista. A partir disso, a Polícia Federal, políticos e entidades solicitaram medidas contra os empresários.

O ministro justifica que as determinações tinham relações com inquéritos que estão sob a sua responsabilidade no Supremo, como o das milícias digitais, o das fake news e o de ações violentas no Sete de Setembro do ano passado.

Em nota após a liberação do conteúdo, o ministro disse que as reportagens "guardam estrita correlação com o rumo de investigações nos inquéritos".

São, segundo ele, "todas elas voltadas ao possível financiamento de notícias fraudulentas, discurso de ódio e de ataques orquestrados às instituições públicas, às urnas e a reforçar o discurso polarizado, provendo do descrédito dos Poderes da República; envolvendo, inclusive, alguns empresários que já estão sendo investigados desde 2019".

De acordo com o ministro, "não é possível ignorar as mensagens trocadas por um grupo de empresários, que repetem o mesmo modus operandi ilícito verificado desde 2019, fomentando o ataque as Instituições e ao próprio Estado democrático de Direito".

Para sustentar sua tese, Moraes mandou o juiz instrutor de seu gabinete produzir um relatório com o arrazoado de fatos antigos sobre financiamento de atos antidemocráticos coletados nos inquéritos de sua relatoria. Não são citados, porém, trechos desse relatório na sua decisão.

A PF afirmou que as medidas eram necessárias para dissuadir intenções de ataques às instituições, que têm "risco de gerar ações violentas por adesão de voluntários, considerando o meio em que se praticam os atos (aplicativos de comunicação) e a nítida intenção de ação de cooptação de pessoas em razão do poder econômico do mencionado grupo".

Segundo Moraes argumentou em sua decisão, "nesse contexto, não há dúvidas de que as condutas dos investigados indicam possibilidade de atentados contra a Democracia e o Estado de Direito, utilizando-se do modus operandi de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário, o Estado de Direito e a Democracia".

As ações solicitadas tinham o objetivo de investigar e paralisar imediatamente qualquer eventual tipo de financiamento em andamento de ações antidemocráticas.

As conversas entre os empresários foram reveladas pelo site Metrópoles. Após a divulgação das mensagens, participantes do grupo negaram intenção golpista.

Moraes destaca uma fala do empresário José Koury feita no grupo privado, que afirmou: "Alguém aqui no grupo deu uma ótima ideia, mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra todos os funcionários das nossas empresas".

Segundo o ministro, havia indícios de incitação ao crime, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado.

Em sua decisão, Moraes também determinou que os empresários sejam ouvidos pela PF e o bloqueio de suas respectivas redes sociais, além de quebras de sigilo bancário e telemático.

USUÁRIOS DE DROGAS

Prefeito de SP diz desconhecer pancadões na cracolândia

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou ontem desconhecer a existência de pancadões na cracolândia, como é chamada a concentração de usuários de droga na região central da capital paulista.

"Eu desconheço que tenha pancadão do crack. Deve ter alguma situação sobre barulho de algum comércio lá, que a gente vai estar fiscalizando", afirmou Nunes, ao ser questionado sobre reclamação de moradores.

O prefeito estava ao lado do governador Rodrigo Garcia (PSDB), candidato à reeleição, durante vistoria técnica ao Museu do Ipiranga, na zona sul de São Paulo. O tucano não se pronunciou, apesar de o prefeito paulistano dizer que o trabalho social e de polícia na cracolândia é uma ação conjunta entre estado e município.

No último dia 18, a reportagem da Folha acompanhou uma noite e o início da madrugada na região, após série de reclamações de moradores, que perguntavam em grupo de WhatsAPP a localização atual do fluxo –como é chamada a concentração de dependentes químicos–, além de relatos de barulho, brigas e venda e consumo de drogas na porta de seus imóveis.

Uma boa parte dos usuários estava concentrada na rua Helvétia, entre a avenida São João e a alameda Barão de Campinas. É nesse ponto que as autoridades tentam manter o fluxo desde maio, quando ele foi expulso da praça Princesa Isabel.

O grupo ocupava o lado direito da via, com cones o separando do trânsito de veículos. O barulho vindo das caixas de som e das conversas era alto.

Durante a madrugada, equipes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) tentam dispersar os grupos de usuários, que acabam migrando para outras ruas da região. É o caso, por exemplo, da alameda Barão de Piracicaba, uma das travessas da avenida Duque de Caxias, e das proximidades da praça Princesa Isabel.

Vídeos gravados pelos vizinhos mostraram diversos episódios de barulho na alameda Barão de Piracicaba, que é rodeada por prédios.

"Moro nos andares mais baixos e o barulho é insuportável, dia e noite. Dia e noite são gritos, caixa de som, discussões, briga o tempo inteiro. Um inferno", disse a analista de sistema Maira Gomes, 32.

Ao ser questionado sobre as queixas nesta segunda-feira, Nunes falou sobre as ações da prefeitura e do governo estadual para combater a venda de drogas na região da cracolândia e de amparo e acolhimento aos usuários.

O prefeito afirmou que em 2016 eram 4.000 usuários de crack naquela região e que hoje, pela contagem feita diariamente pela administração municipal, são, em média, 820.

Sem dar números Nunes falou duas vezes que o contingente de policiais civis e militares, e de guardas-civis metropolitanos é o maior da história.

Ele disse ainda que há um processo contínuo de internações de pessoas que precisam, de prisão de traficantes e de reurbanização. O prefeito citou como exemplo a praça Princesa Isabel, que, segundo ele, era chamada de "praça do cachimbo".

Em maio, a Polícia Civil e a prefeitura realizaram uma megaoperação contra o tráfico de drogas na praça, que havia se tornado o novo endereço da cracolândia com a migração do fluxo de usuários em março.

Desde então, o fluxo passou a migrar, concentrando-se principalmente na rua Helvétia.

Ao citar investimentos em segurança, Nunes disse que não conseguia imaginar pessoas "naquele estado de dependência fazer pancadão". "Acho que a gente precisa reformular um pouco a nossa visão com relação a esse aspecto de violência no centro."

À reportagem, o delegado Roberto Monteiro, da 1ª Delegacia Seccional Centro, responsável pela Operação Caronte, que visa prender traficantes na cracolândia, disse que, com a dispersão do fluxo da praça Princesa Isabel, a formação de pequenos núcleos já era esperada, mas que nem de longe eles lembram o visto antes no local e no entorno da praça Júlio Prestes.

Afirmou ainda que a situação é monitorada 24 horas por dia e que prevê melhoras graduais em breve.

SENADO

Aprovado projeto que obriga planos a cobrir tratamentos fora do rol da ANS

THAÍSA OLIVEIRA/FOLHAPRESS

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que obriga os planos de saúde a arcar com procedimentos ou tratamentos que não estejam na lista de referência básica da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), colocando fim ao chamado rol taxativo. O texto vai à sanção presidencial.

A proposta resgata o rol exemplificativo e estabelece que a relação de procedimentos da ANS serve apenas de "referência básica" para os planos de saúde. Desta forma, os beneficiários poderão pedir a cobertura de tratamentos que não estejam na lista, desde que sejam reconhecidos por outras agências ou que haja comprovação científica.

O projeto de lei foi aprovado no começo de agosto na Câmara dos Deputados em reação à decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Em junho, o tribunal entendeu que as operadoras de planos de saúde são obrigadas a custear apenas os 3.368 tratamentos que estão na lista da ANS.

Apesar de integrar a base do governo de Jair Bolsonaro (PL) – que era contra a proposta–, o relator do texto, o senador Romário (PL-RJ), defendeu a derrubada do rol taxativo e manteve as mudanças aprovadas pelos deputados.

Romário afirmou que a decisão do STJ foi "injusta" e que, desde então, o Congresso buscava uma solução para acabar com a "insegurança jurídica" causada.

Em seu parecer, Romário afirmou que a cobertura dos planos de saúde deve "prevenir, recuperar, manter e reabilitar a saúde, para todas as doenças listadas" na CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde).

"Dessa maneira, se o REPS [Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde] não contemplar integralmente esses direitos do paciente, poderão os beneficiários solicitar a cobertura dos tratamentos a eles prescritos, mesmo que não constem do referido rol", escreveu no relatório.

O projeto também altera a lei que trata de planos de saúde –a Lei de Planos– para determinar que as operadoras sejam submetidas ao Código de Defesa do Consumidor, o que não acontece hoje.

Representantes de associações e familiares de pessoas com deficiência, autismo e doenças raras acompanharam a votação no plenário do Senado e comemoraram a decisão. Romário e senadores que defenderam o fim do rol taxativo foram aplaudidos.

"O rol taxativo impacta negativamente a vida de 48 milhões de usuários de planos de saúde. Atinge, especialmente, pessoas com deficiência, autistas, portadores de doenças raras. Não podemos inviabilizar o acesso da população a exames, terapias, cirurgias, fornecimento de medicamentos", afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS).

CAMPANHA

TSE veta propaganda eleitoral de Roberto Jefferson após cortar verba

MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O ministro Carlos Horbach, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), decidiu ontem vetar a propaganda eleitoral em rádio e TV da candidatura de Roberto Jefferson (PTB) a presidente.

Em decisão liminar (urgente e provisória) concedida na semana passada, Horbach já havia impedido o acesso do petebista aos fundos eleitoral e partidário. O relator também sinaliza, nos dois despachos, que em breve será negada a candidatura de Jefferson.

Horbach atendeu a pedidos do MPE (Ministério Público Eleitoral). O órgão também recomenda o indeferimento do registro da candidatura, ponto que ainda será julgado pela corte.

O MPE argumenta que o candidato está inelegível até dezembro de 2023 por condenação no escândalo do mensalão, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Jefferson chegou a ser liberado da prisão em regime semiaberto por benefícios de um indulto natalino presidencial, mas a inelegibilidade segue mantida, afirma a Procuradoria.

O candidato perdeu o direito a 25 segundos de propaganda eleitoral em cada bloco, além das inserções de 30 segundos.

A propaganda eleitoral para presidente da República durante o primeiro turno é transmitida às terças, quintas e aos sábados, em dois blocos.

O MP argumentou que cortar o tempo de propaganda eleitoral evita o gasto público com uma candidatura que deve ser anulada.

Na decisão, Horbach afirmou que o tempo de propaganda "tem, sim, custos, justamente por isso as emissoras de rádio e televisão têm direito a compensações fiscais pela cessão dos horários".

O relator não informou se o tempo de TV será redistribuído.

Jefferson ainda cumpre prisão domiciliar, mas por decisão de Alexandre de Moraes no inquérito do STF (Supremo Tribunal Federal) das milícias digitais.

Jefferson tornou-se ferrenho apoiador de Bolsonaro. O candidato do PTB foi preso em agosto de 2021 em operação da PF autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes no âmbito da investigação que apura suposta organização criminosa atuando nas redes sociais para atacar a democracia.

Nota

FIOCRUZ ISOLA E FOTOGRAFA O VÍRUS DA VARÍOLA DOS MACACOS

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) divulgou ontem imagens do vírus da varíola dos macacos no momento em que uma célula sofre processo de degeneração após ser infectada. No estudo, segundo nota do instituto, os pesquisadores fizeram a inoculação da amostra clínica de um paciente infectado em células de linhagem Vero, modelo frequentemente utilizado para ensaios "in vitro" e isolamento viral. Utilizando um microscópio eletrônico, os cientistas ampliaram 40 mil vezes a amostra. Foi possível visualizar a estrutura da célula após a replicação do vírus, mais precisamente infectando o citoplasma, região onde se encontra o núcleo responsável por guardar o material genético da célula. O estudo também verificou que o vírus da varíola dos macacos é 300 vezes menor que a célula. Mesmo assim, ele é capaz de infectar a estrutura e se replicar facilmente. Nesta segunda, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou o uso imediato e emergencial de 24 mil kits para diagnóstico laboratorial da varíola dos macacos. A agência ainda avalia o pedido de registro definitivo do produto. De acordo com o balanço fechado pelo Ministério da Saúde no sábado, o Brasil tem 4.493 casos confirmados de varíola dos macacos e investiga outros 4.860. Na quarta-feira, a pasta anunciou o primeiro caso em animal doméstico no país, em Juiz de Fora (MG). Trata-se de um filhote de cachorro de cinco meses.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente) e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRA ("AGT"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **19 de setembro de 2022, às 14:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, no que couber (Resolução CVM 81"), sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **i.** Considerando que parte das matrículas indicadas na Cláusula 3.3, item (vi), e na Cláusula 3.5, item (ii), das CPR-Fs foram encerradas e originaram novas, conforme a seguir detalhado, ratificar todos os atos a ser praticados pela Securitizadora com relação ao Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças celebrado entre a Securitizadora, Leda Maria Carvalho (inscrita no CPF/ME sob o nº 838.885.781-91) ("**Sra. Leda**"), São Vicente Agropecuária e Armazéns Gerais Ltda. (inscrita no CNPJ/ME 12.254.471/0001-05) ("**São Vicente**") e o Devedor ("**Contrato de Alienação Fiduciária**"), o qual terá como objeto a alienação fiduciária sobre o imóvel de matrícula nº 12.261 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Rio Claro/MT e sobre os imóveis de matrícula nº 38.564, 38.565, 37.068 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lucas do Rio Verde/MT (em conjunto, "**Imóveis Iniciais**");

Matrícula Original	Matrícula(s) Nova(s)	Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de:
1.087	12.261	Lucas do Rio Verde - MT
655	38.565 e 38.564	Lucas do Rio Verde - MT

ii. aprovar que a Securitizadora, a Sra. Leda, a São Vicente e o Devedor celebrem, posteriormente, aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária para fins de constituir a alienação fiduciária também sobre o imóvel de Matrícula 32.727 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lucas do Rio Verde/MT ("**Imóvel Posterior**" e, em conjunto com Imóveis Iniciais, "**Imóveis**"), tendo em vista que na presente data encontra-se pendente a transferência da titularidade do Imóvel Posterior; e **iii.** autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails corporate@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA Vendruscolo", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: **a. quando pessoa física:** cópia digitalizada do documento de identidade com foto; **b. quando pessoa jurídica:** (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; **c. quando Fundos de Investimentos:** (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e **d. quando representado por procurador:** caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5. do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs.Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 30 de agosto de 2022. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição

INVERNO: Sol com muitas nuvens, com chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 20º 15º 85% 06:05 17:41

CRIME SEM CASTIGO

Mulher acusada de ajudar namorado a matar próprio filho deixa cadeia

YURI EIRAS/FOLHAPRESS

Monique Medeiros, acusada de torturar e matar o filho Henry Borel, 4, deixou a prisão ontem no Rio de Janeiro e vai responder ao processo em liberdade.

Ela estava no Instituto Penal Santo Expedito, em Bangu, e teve a prisão preventiva revogada por uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) na última sexta-feira.

O padrasto da criança, o ex-vereador Jairo Souza Santos, o Dr. Jairinho, segue preso. Ele é réu por homicídio qualificado.

O Ministério Público do Rio disse que ainda analisa se vai recorrer da decisão.

Jairinho e Monique foram denunciados em maio de 2021 por homicídio triplamente qualificado, tortura, fraude processual e coação no curso do processo. A mãe de Henry Borel foi denunciada por fraude processual por declaração falsa no Hospital Real D'Or, em Bangu, durante atendimento médico prestado ao filho um mês antes da morte.

Ela nega qualquer envolvimento com a morte do filho. O ex-vereador, em depoimento em junho, disse que não teve culpa pela morte de seu então enteado.

Monique foi presa pela primeira vez em abril de 2021, e pela segunda vez neste ano ganha o direito de responder o processo em liberdade. Em abril, ela chegou a deixar a cadeia para cumprir prisão domiciliar com monitoramento por tornozeleira eletrônica.

O ministro João Otávio de Noronha, do STJ, concedeu a liberdade em uma ordem de ofício. Na decisão, ele afirmou que "não se pode decretar a prisão preventiva baseada apenas na gravidade genérica do delito, no clamor público, na comoção social, sem a descrição de circunstâncias concretas que justifiquem a medida".

O ministro afirmou ainda que ré não apresenta "risco para a aplicação da lei penal" ou "para a segurança da sociedade, o que demonstra a desnecessidade" da prisão.

Leniel Borel, pai de Henry, publicou um vídeo nas redes sociais em que criticou a revogação da prisão de Medeiros. "A decisão do STJ matou novamente meu filhinho Henry", afirmou. "Estamos falando de uma criança de apenas quatro anos de idade covardemente assassinada, com total conhecimento e omissão da genitora. Essa decisão é no mínimo irresponsável", completou o pai de Henry.

Henry morreu no dia 8 de março de 2021, no apartamento onde morava com a mãe, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. A investigação apontou lesões no crânio, hemorragias e hematomas indicativos de tortura.

No último dia 19, o Ministério Público do Rio pediu ao 2° Tribunal do Júri que os réus sejam julgados por júri popular. A Promotoria argumenta que Jairinho causou "graves lesões que ocasionaram a morte da criança", e Monique "sendo conhecedora das agressões que o menor de idade sofria do padrasto, e estando presente no local dos fatos, nada fez para evitá-las".

O advogado Thiago Minagé, que representa Monique, disse que o caso dela é diferente de Jairinho.

"Não são acusações idênticas. Jairinho é acusado de matar Henry, e Monique é acusada de não ter feito algo para impedir. São condutas completamente distintas. Como são condutas distintas, o tratamento processual tem que ser distinto", afirmou Minagé.

Esta é a segunda vez neste ano em que Monique ganha o direito de responder o processo em liberdade. Em abril, ela chegou a deixar a cadeia para cumprir prisão domiciliar com monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Na ocasião, a juíza Elizabeth Machado Louro, da 2ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, atendeu pedido da defesa por entender que os motivos que fundamentaram a medida já estavam superados. Dois meses depois, em junho, a 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do RJ acatou um recurso do Ministério Público para que Monique voltasse a cumprir a pena na prisão.

Minagé, advogado de Monique, afirma que o retorno à detenção foi "muito mais traumático" para ela do que a primeira prisão, no ano passado.

"É mais traumático quando você tem a liberdade revogada do que foi lá atrás, quando ela foi presa pela primeira vez. Ela tem uma psicóloga autorizada pelo juízo, atestou-se que ela está em depressão. Ela está praticamente em uma solitária no presídio, quase sem contato com outras presas, tomando meia hora de banho de sol por dia", diz o advogado.

REAÇÃO

Chile repudia falas de Bolsonaro sobre Boric

As declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre os governos de esquerda na América Latina causam desconforto no Chile e em seu presidente, Gabriel Boric. No debate na noite deste domingo passado -promovido por UOL, Folha de S. Paulo, Band e TV Cultura- Bolsonaro acusou Boric de ter ateado "fogo em metrôs".

Em nota, o governo chileno citou o presidente brasileiro por nome e afirmou que as falas "são inaceitáveis e não estão de acordo com o tratamento respeitoso devido aos chefes de Estado ou com as relações fraternas entre dois países latino-americanos".

Ao mirar seu principal oponente nas eleições deste ano, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o chefe do Executivo brasileiro disse domingo: "Lula apoiou o presidente do Chile também, o mesmo que praticava atos de tocar fogo em metrôs lá no Chile. Para onde está indo o nosso Chile?".

Boric, de 35 anos, é ex-líder estudantil e o presidente mais jovem da história de seu país. Sua vitória representa uma guinada à esquerda e rompeu com três décadas de alternância entre os partidos de centro desde o fim da ditadura de Augusto Pinochet, em 1990. No início do ano, Bolsonaro rejeitou ir à posse de Boric e enviou seu vice, Hamilton Mourão (Republicanos).

Ainda no discurso contra o petista, Bolsonaro citou os governos da Argentina, Colômbia e Venezuela antes de falar sobre a Nicarágua. "O nosso prezado presidente Lula apoiou, na Nicarágua, (Daniel) Ortega, que agora persegue cristãos, prende padres, expulsa freiras. Uma perseguição religiosa sem tamanho. E quando ele é questionado sobre isso, ele diz: 'Não devemos meter o nariz em outros países'".

A fala não é isolada. Em suas lives semanais, o presidente brasileiro tem investido contra esses governos, ressaltando, como domingo, que o Brasil estaria recebendo "mais de 500 pessoas por dia" da Venezuela "fugindo da fome, da miséria, da violência".

As críticas do presidente a respeito da "nossa Argentina" giram em torno da economia do país, enquanto as sobre a Colômbia assumem um tom moral, alegando que o presidente Gustavo Petro apoia "liberação de drogas, liberação de presos".

Em entrevista na semana passada ao Jornal Nacional, Bolsonaro propositalmente evidenciou uma "cola" em sua mão esquerda com as palavras: "Nicarágua", "Argentina", "Colômbia" e "Dario Messer", também conhecido como "o doleiro dos doleiros".

ELEIÇÃO

Angola oficializa vitória governista e alternância de poder é 'adiada'

A comissão eleitoral de Angola confirmou ontem que o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) venceu as eleições gerais da semana passada.

Com isso, o partido –que assumiu o controle do país após a sua independência, em 1975–, continua no poder. E o atual presidente, João Lourenço, segue no cargo para um segundo mandato.

Segundo a contagem, o partido governista obteve uma maioria de 51,17% do total de votos. Seu adversário de longa data, a Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola), arrebanhou 43,95% deles, seu melhor resultado histórico.

O líder da Unita, Adalberto Costa Junior, já tinha rejeitado os resultados provisórios na semana passada, alegando discrepâncias entre a contagem da comissão e a da principal coligação da oposição. Antes das eleições, a Unita e alguns meios de comunicação públicos alertaram para o risco de fraude.

Em entrevista na sede do MPLA Luanda após a divulgação dos resultados, João Lourenço afirmou que a comunidade internacional não duvida da lisura do pleito, e que a vitória de seu partido é um "voto de confiança" por parte da população para que o seu partido promova acordo e diálogo.

Lourenço ainda aproveitou a ocasião para prometer mais empregos para os jovens. Metade dos angolanos com menos de 25 anos está desempregada hoje. Segundo analistas, essa faixa etária era uma das que mais provavelmente votaria na campanha da Unita.

Em Angola não há eleições presidenciais. Assim, o líder da lista legislativa torna-se automaticamente chefe de Estado.

O MPLA, que nas eleições passadas, em 2017, obteve 61% dos votos, teve desta vez seu resultado mais apertado. O partido manteve a maioria no Parlamento, com 124 dos 220 assentos. Mas perdeu a maioria de dois terços que permitia que ele aprovasse leis sem apoio de outro partido. Enquanto isso, a oposição está mais forte do que nunca, com 90 cadeiras no Parlamento.

Menos da metade dos eleitores angolanos registrados compareceu à eleição de quarta-feira passada, a mais acirrada na história recente do país. Analistas temem que a disputa de agora possa desencadear manifestações em massa e violência.

IRAQUE

Líder xiita recua e apoiadores invadem palácio e mergulham em piscina

Poderoso clérigo muçulmano xiita do Iraque, Moqtada al-Sadr anunciou ontem sua aposentadoria definitiva da política e o fechamento de seus escritórios, em resposta a um impasse que já dura dez meses e deu ao Iraque seu período mais longo sem governo.

A resposta de seus apoiadores foi imediata -dezenas de pessoas invadiram a sede do governo e mergulharam na piscina. O Palácio Republicano fica na Zona Verde de Bagdá, região de ministérios e missões estrangeiras que já vinha sendo ocupada há semanas por grupos de manifestantes pró-Sadr.

No meio da confusão de ontem foram ouvidos tiros, segundo relato de testemunhas a agências de notícias internacionais.

Após a invasão, Mustafa al-Kadhimi, o primeiro-ministro interino aliado de Sadr, suspendeu as reuniões de seu gabinete. O Exército decretou toque de recolher no país todo a partir do fim do dia, e pediu que os manifestantes deixem a Zona Verde para evitar mais confrontos.

Sadr não detalhou o fechamento de seus escritórios, mas disse que as instituições culturais e religiosas permanecerão abertas.

Sadr é uma das únicas pessoas no Iraque -além do aiatolá Ali al-Sistani, grande autoridade religiosa xiita- capazes de mobilizar as massas. Tem milhões de seguidores, uma milícia e um império financeiro. O que Sadr não tem ainda é um governo -e é isso que ele demanda desde que seu partido venceu as eleições.

A crise que entra mais uma vez em ebulição vem sendo gestada há meses. Sadr obteve a maior quantidade de votos em outubro do ano passado, mas ficou sem a maioria no Parlamento. Em junho, depois de não conseguir formar um governo que excluísse seus rivais, principalmente partidos xiitas apoiados pelo Irã, optou por retirou todos os seus parlamentares do governo.

No meio da crise, insistiu na dissolução do Parlamento e em eleições antecipadas. Ele diz que nenhum político que está no poder desde a invasão dos Estados Unidos no Iraque, em 2003, pode ocupar o cargo.

Sadr galvanizou sua legião de apoiadores nos últimos meses, desorganizando o esforço do Iraque para se recuperar de décadas de conflito e sanções econômicas estrangeiras. No último dia 30, seus apoiadores invadiram o Parlamento, num ato que deixou 125 feridos.

"Eu anuncio minha retirada final", disse Sadr em um comunicado publicado em sua conta no Twitter nesta segunda, criticando outros líderes políticos xiitas por não atenderem a seus pedidos de reforma.

HOMICÍDIO QUALIFICADO

MP denuncia cônsul alemão por homicídio contra marido

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

O cônsul alemão Uwe Herbert Hahn foi denunciado, ontem, pelo Ministério Público (MP), pelo crime de homicídio qualificado contra seu marido, Walter Henri Maximilien Biot. Segundo a denúncia, a morte ocorreu no dia 5 de agosto, no apartamento do casal, no Rio de Janeiro.

Hahn nega o assassinato e disse que Biot passou mal e bateu a cabeça ao cair no chão. O cônsul estava em prisão preventiva, mas obteve liberdade no último dia 26.

LESÕES CORPORAIS

O MP afirma que Hahn causou lesões corporais em Biot que o levaram à morte, de acordo com os laudos de necropsia.

"O delito foi cometido por motivo torpe, abjeto sentimento de posse que o denunciado nutria pela vítima, subjugando-a financeira e psicologicamente, e não admitindo que o ofendido tentasse estabelecer algum nível de independência do denunciado, seja economicamente, seja estabelecendo relações de amizade com outras pessoas", diz a denúncia.

Ainda segundo o Ministério Público, "o crime foi praticado com emprego de meio cruel: severo espancamento a que a vítima foi submetida, causando intenso e desnecessário sofrimento. O delito foi cometido de forma a dificultar a defesa da vítima, que se encontrava com sua capacidade de reação reduzida pela ingestão de bebida alcoólica e de medicação para ansiedade".

BRASKEM S.A.
CNPJ: 42.150.391/0047-53
CONCESSÃO DE LICENÇA
BRASKEM S.A. torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO LO nº IN052818, com validade até 02 de junho de 2032, que a autoriza para operar terminal marítimo de recebimento de propeno, propano e etano na Baía de Guanabara, bem como duto de transferência entre o terminal e as instalações industriais, na RUA MARUMBI, 1.400 - CAMPOS ELÍSEOS, município DUQUE DE CAXIAS. **Processo nº E-07/200140/2008.**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DA 5ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL
EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias, para a INTIMAÇÃO do COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGO OLÍMPICOS RIO 2016, CNPJ 11.866.015/0001-53, na pessoa de seu representante legal por se achar em lugar incerto e não sabido. A MM. Doutora Juíza de Direito MARIA DA PENHA NOBRE MAURO FAZ SABER aos que o presente edital de intimação para regularização de sua representação processual, Este Juízo tem sede na Av. Erasmo Braga, 115/ lâmina Central, sala 712, Centro, Rio de Janeiro/RJ. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, ordenou a mim, Escrivã, que passasse o presente edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2022. Digitado e subscrito por Bárbara Talia Gonçalves de Freitas Carrijo, Escrivã, matr. 01/17.420. (Ass.) MARIA DA PENHA NOBRE MAURO - Juíza Titular.

IPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ: 22.885.667/0001-51
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
A empresa **IPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.** torna público que entregou e foram aceitos para fins de análise do INEA, em 20/08/2021, através do Processo E-07/002.100658/2018, o EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e seu respectivo Rima (Relatório de Impacto Ambiental), para análise da viabilidade ambiental da implantação de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Macaé com capacidade instalada de 17,7MW, localizada entre os municípios de Macaé e Casimiro de Abreu, sob sua responsabilidade. Os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca sede do Inea, na Av. Venezuela, 110 – Saúde – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20081-312, bem como poderá ser acessado pelo Portal Eletrônico do Instituto (http://www.inea.rj.gov.br).

GUERRA

Zelenski acusa Rússia de terrorismo econômico

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, acusou a Rússia de praticar terrorismo econômico com a Europa, que enfrenta uma grave alta nos custos da energia e risco de racionamento. "(Moscou) está exercendo pressão com a crise de preços, com a pobreza, para enfraquecer a Europa", disse, ontem, em conferência do setor de energia na cidade norueguesa de Stavanger.

A declaração ocorre no momento em que a Gazprom, estatal russa, planeja uma manutenção nesta semana que interromperá os fluxos no gasoduto Nord Stream 1, que liga a Rússia e a Alemanha através do Mar Báltico. A possibilidade de paralisação no fornecimento alimentou temores de que Moscou esteja reduzindo a oferta para pressionar as nações ocidentais que se opõem à invasão da Ucrânia, uma acusação que o Kremlin nega.

A Rússia é a principal exportadora de gás para a Europa, e o atual cenário de demanda vem impactando fortemente os países do bloco, em especial a Alemanha. Para tentar contornar a crise, a República Tcheca, que detém a presidência rotativa da União Europeia, convocou uma reunião de emergência dos ministros da energia do bloco para o dia 9 de setembro.